

Secretários discutem dívidas estaduais

Publicação
Os secretários de Finanças de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, João Eraldo Lima e César Buzzatto, reuniram-se com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e com o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, para discutirem como será conduzido o processo de renegociação da dívida mobiliária de seus estados, informou a Agência Brasil.

Essa negociação é vital para o reequilíbrio das contas tanto de Minas, que deve ao mercado cerca de R\$ 6 bilhões, como do Rio Grande do Sul, que deve R\$ 5 bilhões. É que esta dívida está sendo carregada a custos altíssimos para os tesouros estaduais. "A dívida mobiliária estadual, da forma que está, é impagável", disse João Eraldo Lima.

Os dois secretários saíram da reunião confiantes. Disseram acreditar que até o final do ano estará definida uma solução para o problema. Uma das idéias é a criação de um novo papel pelo qual serão trocados os títulos estaduais. Esse novo papel terá prazos mais longos de vencimentos, o que significa menos custos de carregamento para os estados.

Buzzatto disse que o go-

verno federal está convencido de que a solução para a dívida mobiliária estadual deve ser rápida, urgente. Já os estados estão convencidos de que não se deve dar um tratamento apenas emergencial para o problema, mas definitivo. Deve ser estabelecido um padrão de refinanciamento que possibilite aos estados amortizarem a dívida e não só rolá-la indefinidamente.

Eraldo Lima fez questão de enfatizar que o governo federal não está impondo nenhuma exigência para patrocinar o refinanciamento da dívida mobiliária estadual. Mas, segundo ele, os estados sabem que precisam dar uma forte dose de contribuição para que o equilíbrio de suas contas seja mesmo alcançado. Por exemplo, devem acelerar a privatização de suas empresas. Tanto Lima quanto Buzzatto disseram que as regras de rolagem da chamada dívida contratual que os estados têm com o Tesouro Nacional não devem ser alteradas. Segundo eles, a lei da rolagem, de novembro de 1993, é definitiva. O equacionamento das contas estaduais deve ser feito agora via renegociação da dívida mobiliária e via reforma administrativa.